

EUROPA



Editorial

Contra o terror

Edite Estrela*

Nova Iorque, Bali, Casablanca, Istambul, Madrid, Londres. É o terrorismo global, que pode atacar em qualquer lugar e a qualquer hora. Os sentimentos de vulnerabilidade e insegurança aumentam na proporção da proximidade. O terrorista islâmico já não vem de fora, de países asiáticos. Como recordava, há dias, o Presidente do Paquistão, os terroristas de 7 de Julho são descendentes de paquistaneses, mas nasceram, cresceram e foram educados no Reino Unido. Todos eles pareciam integrados socialmente. Um, de trinta anos, era casado, tinha um filho de dezoito meses e a mulher novamente grávida. Foi ele o responsável pela morte de vinte e seis pessoas entre Russell Square e King's Cross. Outro, da mesma idade e igualmente casado, era pai de uma menina de catorze meses e um respeitável professor de crianças desfavorecidas. Fez-se explodir numa estação de Metro. O terceiro criminoso tinha apenas vinte e dois anos, era bom estudante, jogava futebol, pintava o cabelo e gostava de conduzir o Mercedes do pai. Fez-se explodir entre Aldgate e Liverpool Street. O quarto, era ainda mais novo (dezoito anos), tinha uma «personalidade problemática» e estava desempregado. No autocarro em que explodiu, provocou a morte de doze pessoas. Trata-se de pessoas normais, que vivem ao nosso lado, frequentam os mesmos lugares e até revelam idênticos gostos e estilos de vida. Mais difíceis de identificar como assassinos, logo mais perigosos.

Com que armas se pode lutar contra estes fundamentalistas que conseguem enganar familiares e amigos? Como se pode travar quem não hesita em deixar órfãos os próprios filhos e viúvas as mulheres? Como se pode combater quem não dá valor à vida e pratica o culto da morte?

Ninguém tem receitas nem certezas. O exemplo dos londrinos foi a melhor resposta ao atentado. Mantiveram a calma e a dignidade perante a tragédia e, no dia seguinte, procuraram fazer crer que nada tinha acontecido. Não permitiram que o terror lhes alterasse «o modo de vida». Mas que fazer para prevenir? Parece-me inevitável sacrificar alguma liberdade no altar da segurança e aceitar as propostas de Blair à União Europeia, designadamente, melhor controlo do correio electrónico e das comunicações telefónicas. Tudo tem um preço e o da vida não pode ser pequeno.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES FUNDAMENTAL PARA ESTRATÉGIA DE LISBOA

Reforçar o estatuto das mulheres no mercado de trabalho, multiplicar as estruturas de cuidados a crianças e outros dependentes, ter em conta os homens na consecução da igualdade dos géneros e integrar esta perspectiva nas políticas de imigração e inserção, são as quatro orientações principais apresentadas pela deputada Edite Estrela para que a Estratégia de Lisboa leve verdadeiramente em conta a perspectiva de género.

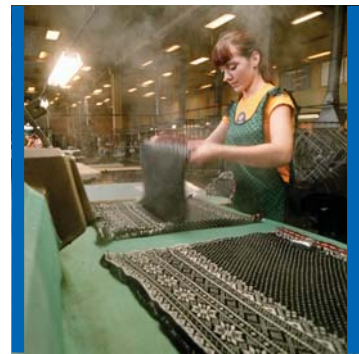
Intervindo numa reunião do Comité das Regiões em que o tema central foi "As mulheres e a pobreza na União Europeia", a deputada, vice-presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade dos Géneros e relatora nos relatórios sobre "A pobreza e as mulheres na União Europeia", "O futuro da Estratégia de Lisboa na perspectiva do género" e "A igualdade entre homens e mulheres, 2005", apontou orientações para que a União Europeia possa dar uma resposta mais cabal àquele tipo de problemas.

Quanto ao reforço do estatuto das mulheres no mercado de trabalho, a deputada defendeu a adopção de medidas para reduzir a disparidade entre o desemprego feminino e masculino, as diferenças salariais entre homens e mulheres, o incentivo à partilha de tarefas domésticas e a criação de estruturas de apoio às crianças.

Na segunda vertente, Edite Estrela considera fundamental que os governos levem em consideração o facto do envelhecimento das sociedades exigir uma adaptação das políticas sociais que seja financeira e socialmente sustentável. "A provisão de estruturas de acolhimento adequadas continua a ser um instrumento fundamental para permitir às mulheres entrarem e permanecerem no mercado de trabalho ao longo das suas vidas", afirma.

No que respeita à terceira orientação, considera essencial que tanto homens como mulheres participem activamente na concepção de novas estratégias para alcançar a igualdade entre géneros.

Finalmente, a perspectiva de género deve ser integrada nas políticas de imigração e inserção. "A inserção eficaz e responsável dos imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade é um dos factores essenciais para o sucesso na consecução das metas da Estratégia de Lisboa", afirma. Para a deputada, a adopção destas medidas justifica-se em virtude de um conjunto de dados objectivos que revelam que as mulheres são



desfavorecidas nas sociedades europeias. Por exemplo, apesar de representarem cerca de 58 por cento dos licenciados e 41 por cento dos doutorados, auferem salários mais baixos que os homens na ordem dos 15 por cento. Por outro lado, as mulheres são as últimas a aceder a um emprego efectivo, e são

as primeiras a ser lançadas no desemprego. As mulheres com filhos pequenos registam taxas de desemprego mais elevadas e são quem se ocupa da maior parte das tarefas domésticas, restando-lhes menos tempo para o exercício de trabalhos remunerados.

Além destas questões, há ainda a considerar outro tipo de problemas, como o das mães de famílias monoparentais em situação de pobreza, as jovens abusadas por familiares, os problemas decorrentes da prática do aborto, a solidão das mulheres idosas sem rendimentos, o tráfico de mulheres e crianças.

"Está tudo ligado - afirma Edite Estrela. A pobreza, a doença, o analfabetismo, o insucesso escolar, a mortalidade infantil e maternal, a degradação urbana e ambiental, a discriminação social, a falta de qualificação profissional, o desemprego, a violência doméstica, o tráfico de seres humanos..."

Não obstante os avanços verificados, a deputada considera que há ainda um longo caminho a percorrer para que as mulheres possam plenamente desempenhar o seu papel na concretização da Estratégia de Lisboa. "Uma coisa é certa: sem a participação das mulheres, a Estratégia de Lisboa será um fracasso", afirma.

CONSTITUIÇÃO EUROPEIA APROVADA COM CLARO SIM NO LUXEMBURGO

O primeiro-ministro luxemburguês Jean-Claude Juncker apostou tudo no referendo ao Tratado Constitucional e ganhou. Foi também uma boa notícia para a Europa, que na Cimeira de 16 e 17 de Junho tinha decidido congelar para reflexão o processo de ratificação do Tratado. Os luxemburgueses foram às urnas e o "SIM" saiu claramente vitorioso com 56,52 por cento dos votos, contra 43,48 que disseram "não".

Temendo também que o efeito de contágio atingisse o Luxemburgo, um país fortemente europeísta e um dos seis fundadores da CEE e onde existem instituições comunitárias, os responsáveis políticos luxemburgueses ainda ponderaram adiar o referendo. No entanto, o Parlamento nacional decidiu ir em frente, até como forma de contrariar a onda negativa que se levantou depois do "não" em França e na Holanda. O resultado foi que o "SIM" acabou por ser maioritário em 109 dos 118 círculos eleitorais do país.

Segundo alguns observadores, o facto de antes do referendo terem ocorrido os atentados terroristas em Londres terá também contribuído para reforçar nos luxemburgueses a ideia de que a Europa consegue muito melhor vencer alguns dos problemas da actualidade se agir em conjunto.

Quem pôs o seu destino político nas mãos do resultado do referendo foi o primeiro-ministro Jean-Claude Juncker, o anterior presidente do Conselho da União Europeia, que anunciou que se demitiria se o resultado fosse negativo.

"Assinei o Tratado em nome dos cidadãos do meu país. Se os cidadãos luxemburgueses me disserem que não o deveria ter feito, penso que, por respeito pelo sufrágio universal e pelos cidadãos, terei de aceitar as consequências", disse.

O Luxemburgo foi o 13º país da União Europeia a submeter o Tratado Constitucional a aprovação e o 11º a dizer "SIM".

A Europa vista de Portugal

A outra Europa

A União Europeia encontra-se confrontada com desafios de grande dimensão e complexidade – o maior alargamento de sempre, o impacto da globalização, a entrada nos circuitos do comércio mundial de países como a China e a Índia, a necessidade de um maior crescimento dinâmico sustentável de acordo com a Estratégia de Lisboa, a concretização de uma política europeia de defesa, o avanço para um espaço comum de justiça e de segurança.

Nesta última área, como noutras, a Europa está numa encruzilhada.

Os ataques terroristas de Madrid e, recentemente, de Londres, vieram mostrar a necessidade de coordenação de esforços de forma a ser possível contribuir eficazmente contra a violência internacional sem quebra dos valores tradicionais da cultura democrática europeia, designadamente o respeito pelas liberdades individuais.

É necessário uma União aberta mas segura, porque o exercício da liberdade só é possível num ambiente de segurança.

Neste contexto, o fenómeno migratório deixou de ser na União Europeia um problema marginal para se tornar uma questão política central.

O fluxo migratório que nos demanda hoje é avassalador. Basta referir, como bem tem lembrado o ex-comissário António Vitorino, que os Estados do Sul da Europa, Portugal, Espanha e Itália, serão dentro de alguns anos os mais velhos da Europa e que terão, à porta, um arco que vai de Marrocos a Israel com uma população de quase 70% de jovens desesperados.

Esta "outra Europa" da qual já temos cá dentro uma grande parte, não suscita apenas dificuldades no domínio económico, sobretudo no mercado de trabalho.

É no campo da integração social, nas áreas de ensino, da cultura e da participação política e cívica que importa encontrar respostas aos desajustamentos que se avolumam com crescente rapidez.

As leis cada vez mais restritivas em alguns países e os últimos acontecimentos de Londres têm dado conta do desconforto e do mal-estar provocado pela ausência de convivência em sociedades, apesar de tudo mal preparadas para o cosmopolitismo e multiculturalismo.

Uma verdadeira integração dos imigrantes, deve ser hoje, mais do que nunca, um objectivo primordial de todos os países da União Europeia. Contudo, os recentes acontecimentos de Londres exigem dos europeus, para além de uma forte determinação nas políticas de integração, um aprofundamento da reflexão sobre os objectivos e estratégias da integração de imigrantes no espaço europeu. É comum considerar-se claros indicadores do nível de integração dos imigrantes um estatuto económico digno, um bom domínio da língua e da cultura dos países de acolhimento, a participação dos imigrantes através do trabalho e acção cívica, de acordo com os valores da sociedade europeia em que se inserem.

Estes indicadores estavam presentes nos executores da violência verificada em Londres, pelo que urge reflectir e responder sobre quais as dimensões da integração que ainda não considerámos, sobre que outras perspectivas são urgentes serem tidas em conta nas políticas de imigração e sobre quais é necessário urgentemente pôr em prática na Europa.



CELESTE CORREIA*

EURODEPUTADOS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA OBSERVAM EFEITOS DA SECA E DOS INCÊNDIOS

As graves consequências dos incêndios florestais e a situação de seca extrema que tem vindo a afectar o país, foram as principais questões abordadas por uma delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, que nos dias 14 e 15 de Julho se deslocou à Chamusca, Mação, Évora e Serpa.

O convite para esta deslocação partiu do deputado Capoulas Santos, e contou com a presença do presidente da Comissão de Agricultura, Joseph Daul, que pôde assim observar "in loco" os problemas que têm vindo a afectar gravemente Portugal em virtude dos incêndios e da seca prolongada.

A visita a Portugal começou com um encontro com o ministro da Agricultura, Jaime Silva, seguindo-se uma deslocação à Chamusca, onde se realizou uma reunião com autarcas locais e produtores florestais. Já em Mação, a delegação do Parlamento Europeu percorreu as áreas afectadas pelos incêndios em 2004. Em Évora, a delegação teve encontros com deputados nacionais e com autarcas e, em Serpa, visitou várias explorações atingidas pela seca.

Para Capoulas Santos, aquela deslocação "simbolizou o reconhecimento da pertinência do problema com que Portugal se confronta e a disponibilidade do presidente da Comissão de Agricultura para contribuir para amenizar as suas nefastas consequências, no âmbito das competências do Parlamento Europeu".

Esta visita surge na sequência de outras iniciativas que Capoulas Santos tem promovido no sentido de sensibilizar as instâncias europeias para a dramática situação que se vive em Portugal e a necessidade de mobilização de apoios.

Neste contexto, ainda recentemente foi adoptado no plenário do Parlamento Europeu uma moção que propõe à Comissão Europeia a tomada de medidas naquela área, em reforço de outras do Governo, e a apresentação de propostas para a criação de um "Sistema Europeu de Protecção contra Riscos e Crises na Agricultura".

Entretanto, o Governo anunciou que vai utilizar verbas comunitárias para incentivar a gestão activa das florestas, que, não obstante ser um sector muito competitivo, "tem um problema de fundo que tem de ser resolvido: o fogo", conforme disse Jaime Silva. Foi também anunciada a disponibilização de 47 milhões de euros para três fundos de apoio ao desenvolvimento das empresas agrícolas e florestais, para aumentar a sua competitividade.

Por outro lado, o Governo reabriu o Programa AGRIS para as candidaturas relacionadas com a floresta, tendo já sido aprovados 22 novos projectos, havendo uma verba disponível de perto de 10 milhões de euros. Segundo o ministro Jaime Silva, têm prioridade na aprovação os planos de prevenção de fogos apresentados pelas autarquias de zonas de maior risco de incêndio.

INTEGRAR EFICAZMENTE OS TRÊS PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia deve articular-se de forma eficaz com outras dimensões das políticas comunitárias, como a Agenda de Lisboa, as Perspectivas Financeiras para o período 2007-2013 e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, defendeu o deputado Joel Hasse Ferreira, numa audição que promoveu para debater aquele tema, com base numa comunicação da Comissão Europeia em discussão no Parlamento Europeu. Participaram também os professores Vítor Martins e João Ferreira do Amaral, o deputado João Cravinho e a jornalista Helena Garrido.

Tendo sido designado pelo Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus relator sombra da comunicação da Comissão Europeia sobre a revisão de 2005 da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, o deputado considerou fundamental haver uma preocupação de articular os diferentes instrumentos políticos para que haja coerência nas políticas comunitárias a implementar. Neste sentido, apresentou um conjunto de propostas de alteração para reforçar essa articulação. Num novo texto introduzido, afirma que, "considerando que a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento deve ter em conta a necessidade de concretização da Estratégia de Lisboa, recomenda-se à Comissão que actue sistematicamente no sentido da harmonização entre o Pacto e a Estratégia, em conformidade com os objectivos do desenvolvimento sustentável".

O deputado introduziu também propostas de alteração para uma

maior coordenação no âmbito das políticas sociais e no da competitividade.

Vítor Martins concordou com a necessidade de haver uma revisão da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia, na medida em que entretanto se registou alguma degradação das condições sociais, designadamente em virtude das deslocalizações, verificou-se o aumento da concorrência internacional e a emergência da China como grande potência económica.

Neste contexto, considerou necessário alargar as políticas comuns como forma de promover de forma mais eficaz o desenvolvimento sustentável e fazer com que os seus pilares, o ambiental, o social e o económico, sejam de facto complementares e não conflituais.

Por sua vez, João Ferreira do Amaral tratou de forma separada os três pilares da Estratégia e defendeu que, se os dois primeiros podem ser abordados numa perspectiva transnacional, o social depende sobretudo de uma dimensão nacional. Neste âmbito, apelou à partilha de responsabilidades a nível nacional, europeu e mundial.

Numa abordagem muito crítica, o deputado João Cravinho considerou que a estratégia apresentada no documento da Comissão Europeia é fraca e que é importante reflectir mais e melhor sobre o princípio da sustentabilidade que lhe está subjacente. "A União Europeia devia aplicar um conjunto de políticas mais integradas, de forma a conseguir-se um maior desenvolvimento sustentável", afirmou.

DAR APOIO AO REFORMISMO NO IRÃO

O principal grupo da oposição no Irão, os Modjahedines do Povo do Irão, deve ser retirado da lista do terrorismo da União Europeia, defendeu o deputado Fausto Correia, em consonância com outros deputados do Parlamento Europeu de vários países, que em Janeiro viram aprovada uma resolução parlamentar nesse sentido.

O deputado diz estar "sinceramente convencido" que a retirada do OMPI da lista de terrorismo da União Europeia "constitui uma etapa necessária no caminho a percorrer no sentido das mudanças no Irão. "Mudar é preciso, é urgente e é possível: no respeito pela liberdade e pela democracia; na observância dos Direitos do Homem e na perspectiva da paz e da segurança mundiais", afirma. Fausto Correia reitera também o seu apoio ao apelo feito por

Maryam Radjavi, dirigente do principal grupo da oposição iraniana, lançado aquando do seu discurso no Parlamento Europeu, em Dezembro passado. "Na verdade, nem a complacência nem uma intervenção militar estrangeira são soluções viáveis para resolver a ameaça crescente que Teerão representa à paz e à segurança regional e mundial", afirma o deputado, acrescentando que "a única solução prática e prudente para viabilizar uma mudança democrática no Irão tem de se apoiar no povo iraniano e na sua resistência organizada".

Fausto Correia acusa as autoridades iranianas de flagrantes violações dos Direitos do Homem, da multiplicação das penas de morte e de execuções de jovens, mulheres e deficientes e pelo agravamento da falta de liberdade de opinião e de expressão.

ENTREVISTA COM MANUEL DOS SANTOS

PE E PARLAMENTOS NACIONAIS PODEM E DEVEM MELHORAR O RELACIONAMENTO

O relacionamento entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais pode e deve ser muito melhorado, porque o que actualmente existe é bastante insatisfatório, afirma em entrevista ao suplemento Europa Manuel dos Santos, um dos catorze vice-presidentes do Parlamento Europeu e membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Aquela questão, tal como o reforço dos poderes de controlo democrático do Parlamento Europeu, está consagrada no Tratado Constitucional que onze países já ratificaram e dois recusaram, o que é um revés para esta instituição que representa os povos dos 25 Estados-membros da União Europeia.

O Parlamento Europeu tem um défice de visibilidade em relação à Comissão e ao Conselho. Há maneira de ultrapassar esta questão?

O Parlamento Europeu não tem ainda algumas das funções, nomeadamente no domínio da política orçamental e do controlo legislativo, que identificam um verdadeiro parlamento.

Neste sentido, é natural que a sua visibilidade seja, por vezes, inferior à da Comissão e à do Conselho. Como forma de ultrapassar este problema é necessário proceder ao equilíbrio de poderes entre os órgãos que constituem o chamado triângulo institucional, o que, parcialmente, estava consagrado na proposta para um novo Tratado Constitucional.

O esforço político feito pelo PE de trazer um maior equilíbrio e justiça na União Europeia nem sempre é compreendido pelas opiniões públicas europeias. O que é necessário fazer para que o trabalho do PE seja mais considerado e chegue mais aos europeus?

É necessário que todos, deputados (nacionais e europeus), responsáveis administrativos pelas políticas e, sobretudo, os meios de comunicação social façam fortes esforços nesse sentido. Infelizmente a maioria dos exemplos concretos que passam na televisão pública em Portugal não contribuem para esse objectivo. Por outro lado é difícil exigir que o PE seja mais respeitado quando, por exemplo, como ainda agora está a suceder em Portugal, é completamente ignorado nas consultas institucionais em curso sobre o novo Tratado.

Considera que se o Parlamento Europeu tivesse um tipo diferente de organização e de funcionamento seria possível ter maior peso político?

Como resulta do que digo anteriormente, o "problema" do Parlamento Europeu tem a ver, no essencial, com as suas actuais funções limitadas.

O "não" no referendo em França e na Holanda significa também que o Parlamento Europeu não verá acrescidos os seus poderes de controlo democrático? Isto afecta o PE?

Se o Tratado Constitucional não for aprovado (e não se vê como o

possa ser nas actuais circunstâncias) é evidente que isto significa que a situação se mantém, ou seja que o PE não verá acrescidos os seus poderes de controlo democrático e de competência legislativa. Isto afectará, naturalmente, o PE. A esperança reside na inevitabilidade de que, com este ou outro Tratado, a situação possa ser revertida.

Que contributo pode o PE dar para ajudar a União Europeia a sair da crise em que está depois do "não" em França e na Holanda?

O PE é seguramente a instituição que, no quadro de crise em curso, cometeu menos erros - se é que cometeu alguns. Aprovou o Tratado quando o devia fazer; seguiu activamente o processo político que conduziu à sua elaboração; debateu com transparência o novo quadro orçamental e tem acompanhado o alargamento no respeito absoluto e integral das suas funções. O seu futuro contributo é, naturalmente, continuar esta linha política.

Deveria haver uma reforma do Parlamento Europeu? Porquê.

A reforma de competências, nomeadamente pelo aumento das matérias sujeitas a co-decisão, é absolutamente indispensável. O reforço do PE, enquanto autoridade orçamental, é imprescindível. A flexibilização do seu processo de decisão é imperativa. As razões para isto são evidentes. Mas mesmo conseguido isto, ainda ficará sempre a faltar a capacidade de iniciativa legislativa que é essencial a um verdadeiro parlamento. Só que esta é outra história...

O tipo de relacionamento entre o PE e os parlamentos nacionais é satisfatório, ou podia ser melhorado?

O relacionamento entre o PE e os parlamentos nacionais pode e deve ser muito melhorado. O novo Tratado Constitucional está também orientado nesse sentido, até porque o nível de relacionamento actual é insatisfatório. A valorização da COSAC e o efectivo e verdadeiro reconhecimento dos membros do Parlamento Europeu como deputados nacionais (com algumas competências no domínio da iniciativa a exercer no seu Estado-membro) poderão ser duas pistas a desenvolver.

No entanto, também isto faz parte de uma outra história que, no momento, ainda não está a ser escrita.



INDÚSTRIA TÊXTIL PRECISA DE MEDIDAS DE NATUREZA OFENSIVA E DEFENSIVA



A viabilização da indústria têxtil das confecções no contexto da abertura dos mercados internacionais passa essencialmente pela adopção de medidas de natureza ofensiva e defensiva, afirmou o deputado Francisco Assis, em nome do grupo do PSE, no plenário de Julho do Parlamento Europeu, durante a discussão do relatório sobre o futuro dos têxteis e do vestuário após 2005, cuja votação foi adiada para uma próxima sessão.

Com as medidas de natureza defensiva, o objectivo será principalmente de contribuir para a regulação do comércio internacional naquele sector. "São de saudar nessa perspectiva - afirma o deputado - todas as iniciativas no intuito de assegurar a criação de condições recíprocas de acesso aos mercados e de garantir as cláusulas de natureza ética, social e ambiental que estabeleçam uma correcta regulamentação dos mercados internacionais".

No âmbito das medidas ofensivas, importa salientar todas aquelas que promovam um aumento dos investimentos na investigação e no desenvolvimento, a inovação e iniciativas para melhorar o acesso ao financiamento, um dos maiores problemas das empresas.

Francisco Assis considera essencial garantir a aposta no progresso tecnológico do fabrico, na criação de novos mecanismos na moda e nos serviços, na criação de têxteis técnicos e na inovação "não tecnológica", valorizando-se assim quer as componentes industriais quer as comerciais.

O livre acesso aos mercados de países terceiros e a defesa de um mercado concorrencial equitativo, são duas questões essenciais para a indústria têxtil europeia, que se vê confrontada com alguns problemas de concorrência desleal. Daí que o Parlamento Europeu defenda a aplicação de instrumentos de defesa comercial no âmbito da OMC, bem como uma vigilância apertada do respeito pelos direitos de propriedade intelectual. Em 2003, a indústria dos têxteis e da confecção da União Europeia empregava 2,5 milhões de trabalhadores em 170 000 empresas, 95 por cento das quais PME. Na Europa, o sector têxtil e do vestuário é líder mundial na utilização de tecnologia e na inovação do produto, razão pela qual é fundamental manterem-se os estímulos nestes domínios.

O relatório do Parlamento Europeu recomenda à Comissão que aplique uma política concreta em cooperação com os Estados-membros e os profissionais da indústria europeia, a fim do sector se poder manter como uma indústria chave na União Europeia.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Eliisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Controlo Orçamental

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

UM MINUTO DE SILÊNCIO

O Parlamento Europeu condenou os atentados terroristas ocorridos em Londres no dia 7 de Julho e apresentou, em nome da instituição, sentimentos de condolências pelos mortos e feridos. Uma série de três explosões no metro e uma num autocarro provocaram mais de 50 mortos e cerca de 700 feridos. O presidente do Parlamento Europeu, o socialista espanhol Josep Borrel, também ele de um país flagelado pelo terrorismo e, mais recentemente, por um bárbaro atentado em Madrid, a 11 de Março, enviou, em nome do Parlamento Europeu, uma mensagem de solidariedade ao povo britânico: "Estamos convosco".

PRESIDÊNCIA DA UNIÃO DISCUTIDA EM LONDRES

A deputada Ana Gomes integrou a delegação da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu que esteve em Londres, no final de Junho, para contactos com as autoridades do Reino Unido no quadro da presidência da União Europeia, que aquele país assumiu em 1 de Julho. A delegação reuniu com representantes da Casa dos Comuns, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw e com o Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, Douglas Alexander.

DEPUTADOS DO PE VISITAM ALGARVE E PORTO

Uma delegação da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu deslocou-se ao Algarve e ao Porto entre os dias 13 e 15 de Julho para uma série de visitas a projectos cofinanciados pela União Europeia e para diversos encontros com responsáveis políticos e representantes da sociedade civil. A proposta partiu da deputada Jâmlia Madeira, que integrou a delegação parlamentar. Em Vila Nova de Cerveira foi visitado o projecto "Aquamuseu do Rio Minho" e no Algarve o lugar onde ficará a futura barragem de Odelouca e o Centro Tecnológico de Citricultura.

PROTEGER OCEANOS COM FUNDOS ESTRUTURAIS

O deputado Paulo Casaca apelou, no plenário de Estrasburgo, em Julho, à Comissão Europeia e ao Conselho para que contemplem o financiamento da protecção dos oceanos na sua decisão final sobre os Fundos Estruturais, de Desenvolvimento Rural e de Ambiente da União Europeia. O deputado sublinhou que a referida orçamentação, no quadro da Rede Natura 2000, constitui "a principal e mais grave lacuna da proposta apresentada pela Comissão e um desrespeito da União pelos compromissos que assumiu na defesa dos habitats marinhos do Atlântico Nordeste".

CRIMES NO MÉXICO E EM INGLATERRA

O assassinio de mulheres no México e a utilização de crianças africanas em rituais no Reino Unido foram motivo de duas questões dirigidas à Comissão Europeia e ao Conselho pela deputada Edite Estrela. Quanto ao primeiro caso, a deputada afirma que diversas organizações não governamentais já se manifestaram mundialmente contra o desaparecimento e assassinio de mulheres, perante a indiferença e passividade do Governo mexicano. No segundo, afirma que estão a ser traficadas crianças africanas para o Reino Unido para serem usadas em rituais de sacrifícios humanos, tendo entre Julho e Setembro de 2001 desaparecido 300 rapazes negros de escolas londrinas. Edite Estrela pretende saber o que pensam a Comissão e o Conselho fazer para pôr fim a estes crimes. O Parlamento Europeu aprovou também, na sessão plenária de Julho, uma Resolução da autoria de Edite Estrela e de outros deputados do Grupo do PSE pedindo ao Governo da Guatemala que adopte medidas legislativas e políticas que ponham fim ao crescente tráfico de menores no país.

REVISÃO DO PEC NO BOM CAMINHO

As recentes alterações introduzidas aos dois pilares do Pacto de Estabilidade e Crescimento constituem "um passo positivo no sentido de o tornar mais eficaz e socialmente mais compreensível", declarou no plenário de Estrasburgo o deputado Manuel dos Santos, num debate sobre a revisão do PEC. Por isso mesmo, defendeu que o Parlamento Europeu as devia apoiar. O deputado defendeu também a necessidade de descerem as taxas de juro na Zona Euro, de forma a impulsionar o crescimento económico na Europa. Por outro lado, defendeu, no plenário de Estrasburgo, que o Parlamento Europeu chumbasse o relatório sobre as actividades do BCE em 2004, o que veio a acontecer.

PROTEGER O LINCE IBÉRICO

A necessidade de adopção de medidas para proteger o Lince Ibérico, espécie ameaçada de extinção em Portugal e em Espanha, foi objecto de um apelo feito por vários deputados europeus, entre os quais Fausto Correia. Numa carta dirigida a várias entidades, como o Comissário europeu do Ambiente Stavros Dimas, os deputados chamam a atenção para a importância da manutenção dos apoios para preservação dos habitats naturais do Lince Ibérico, quer ao abrigo do Programa LIFE, quer da Rede Natura 2000.

COMUNIDADE INTERNACIONAL TEM O DEVER DE BANIR TODO O TIPO DE MINAS

A comunidade internacional tem o dever moral de eliminar de uma vez por todas não só as minas anti-pessoais, mas também quaisquer outras que possam matar ou mutilar indiscriminadamente, afirmou, em nome do Grupo do PSE, a deputada Ana Gomes durante uma intervenção no plenário de Julho do Parlamento Europeu. A deputada foi também uma das organizadoras do "Dia de Informação sobre Minas Terrestres, uma iniciativa que se realizou em meados de Junho em Bruxelas e contou com a presença de Jody Williams, Prémio Nobel da Paz em 1997 pelo seu trabalho com a Campanha Internacional para Banir as Minas Terrestres.

A necessidade de acabar com todo o tipo de minas tem uma dramática justificação no número de vítimas que anualmente faz. Com efeito, todos os anos há cerca de 20.000 pessoas em todo o mundo vítimas de minas ou munições abandonadas, entre as quais perto de 10.000 são crianças.

"A Europa em particular deve manter o seu papel de liderança nesta área e estendê-lo a outras áreas do desarmamento. Minas anti-carro, munições de fragmentação e armas ligeiras são desafios que importa confrontar e seguir", afirma a deputada.

Para isso, no entanto, a Europa deve apresentar-se unida e promover a universalização da Convenção de Otava (que proíbe a produção, uso, armazenamento e exportação de minas anti-pessoais) em todos os fóruns internacionais e nas relações com países terceiros, insistindo na sua ratificação e assistindo na sua aplicação.

Neste sentido, Ana Gomes considerou que, para esses objectivos serem alcançados, é fundamental que os países da União Europeia que ainda não assinaram ou ratificaram a Convenção o façam, juntando-se assim às 144 nações que já o fizeram.

Por outro lado, no "Dia de Informação sobre Minas Terrestres", na qualidade de moderadora de um dos painéis da iniciativa, a deputada considerou que os países que no passado fizeram uso de minas têm a particular "responsabilidade de contribuírem para actividades de desminagem e de assistência a vítimas que foram alvo das suas acções".



Para forçar os países a banir este tipo de armas, Ana Gomes defendeu que os acordos da União Europeia com países terceiros passem a incluir uma cláusula sobre esta matéria.

Ana Gomes referiu também o sucesso da Convenção de Otava no contexto do debate mais abrangente sobre desarmamento, e recordou que o Parlamento Europeu tem sistematicamente defendido a introdução de um Código de Conduta Europeu de Exportação de Armamento, juridicamente vinculativo para todos os Estados-membros. Ana Gomes é uma das deputadas do Parlamento Europeu que actualmente está a elaborar uma resolução com o objectivo de contribuir para o debate sobre o futuro da luta contra todas as minas terrestres à escala planetária.

PESCA ILEGAL NOS AÇORES

PROVEDOR EUROPEU DÁ RAZÃO A PROCESSO CONTRA A COMISSÃO

"Erro legal", "inconsistência" e "má administração", é como o Provedor de Justiça Europeu caracteriza a actuação da Comissão Europeia ao considerar possível o acesso de embarcações estrangeiras às águas da ZEE dos Açores desde 14 de Novembro de 2003, contrariando o estipulado num Regulamento que apenas o permitiria a partir de 1 de Agosto de 2004, dando assim razão à queixa apresentada contra a Comissão Europeia pelo deputado Paulo Casaca.

Para o deputado, a decisão do Provedor de Justiça constitui um marco histórico na defesa dos direitos dos cidadãos e das regiões, mesmo quando pequenas e isoladas como os Açores e mostra que um entendimento institucional entre os representantes da Comissão Europeia e dos Estados contra direitos consagrados na lei "não pode ser levado à prática impunemente".

Recorde-se que tanto a Comissão como o anterior Governo do PSD/PP, então liderado por Durão Barroso, resolveram contradizer

o Regulamento em causa, autorizando a pesca antecipada nas águas dos Açores, quando não existiam os mecanismos básicos para evitar a completa delapidação dos recursos marinhos.

O deputado volta agora a convidar a Comissão Europeia a tomar medidas urgentes para parar com o arrasto de fundo, redes de emalhar de fundo e reduzir de forma substancial o aumento do esforço de pesca nos Açores, que têm provocado uma grande devastação na preservação de muitas espécies marinhas.

Desde o início de 2004 que Paulo Casaca vinha denunciando de diversas formas a pesca ilegal nas águas dos Açores em virtude de uma interpretação errada da lei feita pela Comissão Europeia, apelando para que fossem respeitadas as condições mínimas do ambiente marinho estabelecidas na regulamentação comunitária. Sobre esta questão ainda está pendente no Tribunal de Primeira Instância um processo interposto pelo Governo Regional dos Açores com o apoio de organizações de pescadores e ambientalistas.

UNIÃO DEVE CONTROLAR MAIS OS TÊXTEIS IMPORTADOS E EXPORTADOS PARA A CHINA

A necessidade de um controlo mais apertado das importações de produtos têxteis chineses e os obstáculos que a China coloca às exportações da União Europeia, foram objecto de propostas de alteração apresentadas pela deputada Elisa Ferreira a dois relatórios que estão em discussão no Parlamento Europeu.

No âmbito das relações comerciais entre a União Europeia e a China e a nova Directiva REACH sobre a utilização de produtos químicos, a deputada, que é membro das comissões parlamentares dos Assuntos Económicos e do Comércio Internacional, apresentou uma proposta de alteração àqueles relatórios na qual insta a Comissão Europeia a controlar continuamente a evolução das importações

têxteis comunitárias, de modo a que, no caso de haver um choque grave com a indústria europeia, seja possível adoptar com eficácia medidas de salvaguarda.

Por outro lado, Elisa Ferreira considera que a Comissão deve analisar os obstáculos impostos pela China às exportações da União, de forma a garantir a máxima liberalização das trocas entre as duas partes, e ainda negociar com aquele país o respeito por normas de carácter social e ambiental.

De referir também que, quanto à Directiva REACH, a deputada considera necessário que a Comissão Europeia proceda a estudos mais aprofundados sobre o impacto do novo diploma sobre a indústria europeia.